

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 05/09/2007 E 06/09/2007

Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e sete, às nove horas e trinta minutos, no Salão Murano, da Academia de Tênis Resort, situado no SCES – Setor de Clubes Esportivos Sul – no Trecho 04, Conjunto 05, Lote 1B, na cidade de Brasília, Distrito Federal realizou-se a décima segunda Reunião Ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), sob a presidência do Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida. Estavam presentes 101 Conselheiros, sendo 68 titulares e 33 suplentes, conforme Anexo I. Os titulares foram representados por 11 de Poder Público Federal, 06 do Poder Público Estadual, 07 do Poder Público Municipal, 23 de Entidades dos Movimentos Populares, 07 de Entidades Empresariais, 06 de Entidades de Trabalhadores, 07 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, 01 de Entidades Não Governamentais. O Presidente saudou a todos e deu início à 13ª Reunião Ordinária. Na seqüência, passou à composição da Mesa Coordenadora dos Trabalhos convocando a Sra. Marta Luna (Governo da Paraíba) do Poder Público Estadual, a Sra. Arlete Moysés (AGB) das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, o Sr. Miguel Lobato (MNLN) das Entidades do Movimento Popular, o Sr. Marcos Augusto Netto (CNC) das Entidades Empresariais, o Sr. Jorge Luiz Bernardi (UVB) do Poder Público Municipal, o Sr. Leonardo Pessina (ABONG) das Organizações Não Governamentais e o Sr. José Walter Soares (FNU) das Entidades de Trabalhadores. Após a composição da Mesa, a Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária do ConCidades foi lida e aprovada pelo Plenário. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Coordenador dos trabalhos, Sr. Elcione Diniz Macedo, Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, que apresentou a seguinte proposta de pauta: 1. 3ª Conferência das Cidades; 2. Balanço da Campanha dos Planos Diretores Participativos; 3. Votação de Resoluções. Em seguida, o Coordenador colocou em votação a proposta de pauta, que foi aprovada por unanimidade. Logo depois, encaminhou-se o primeiro ponto de pauta. 1. 3ª Conferência das Cidades. O Coordenador deu os informes da reunião da Coordenação Executiva da 3ª Conferência, ocorrida no dia 04/09/07. Comunicou que foi definida a participação de três Conselheiros em cada Conferência Estadual, para dividir os trabalhos de apoio à sistematização e presença nas mesas. Informou que foi confirmado o Centro de Convenções de Brasília e a empresa de execução do evento. O Sr. Miguel Lobato assumiu a palavra para apresentar a Programação da 3ª Conferência pactuada pela Coordenação Executiva Nacional. Fez, ainda, o informe das invalidações da Conferência da Cidade de Curitiba e da Cidade de Boa Vista, decididas, em última instância, na Comissão Recursal e de Validação Nacional. Em seguida, encaminhou-se o segundo ponto de pauta. 2. Balanço da Campanha dos Planos Diretores Participativos. O Sr. Benny Schasberg, Secretário Nacional de Programas Urbanos, assumiu a palavra para apresentar o relato da Campanha dos Planos Diretores Participativos. Destacou que a Campanha, além de ser fruto da Resolução Nº 15 do ConCidades, de setembro de 2004, se baseou em princípios como o direito a moradia, a inclusão territorial, o acesso a terra urbanizada para todos os seguimentos sociais e a implementação da gestão democrática. Informou que foram investidos, pelo Governo Federal, aproximadamente sessenta milhões de reais em ações de apoio técnico e financeiro aos Municípios e Sociedade Civil Organizada, ao longo do processo.

Apresentou os resultados quantitativos da Pesquisa sobre a elaboração dos Planos Diretores Participativos (PDP's) e apontou a necessidade de um levantamento qualitativo, como próximo passo. Pontuou, também, que dentre os instrumentos previstos nos PDP's, a delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social é um dos mais importantes. Ao término de sua fala, ressaltou que, apesar da constatação de falhas na elaboração de alguns Planos, a Campanha foi um marco no resgate do planejamento urbano qualificado e participativo. Na seqüência dos trabalhos, o Presidente retomou a fala para informar que, a partir das demandas levantadas pelo ConCidades, solicitou à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana a elaboração de uma proposta programática para a área de Mobilidade e Transporte Urbano a fim de discutir sua incorporação ao PAC. Colocou também que o Presidente da República autorizou o encaminhamento do documento para avaliação da Casa Civil. O andamento das atividades prosseguiu com o encaminhamento do terceiro ponto de pauta. 3. Votação de Resoluções. O Sr. José Walter assumiu a palavra para ler a proposta que estabelecia normas e procedimentos relativos à eleição de membros do ConCidades. Após debatido, o texto foi votado e aprovado por unanimidade. Na seqüência, apresentou a solicitação de envio da proposta de criação da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos para as Conferências Estaduais, Distrital e Nacional das Cidades. O documento foi apreciado e aprovado por unanimidade. O conteúdo da terceira proposta versava sobre a constituição de Grupo de Trabalho, no âmbito do ConCidades, com o objetivo de acompanhar as etapas de formulação do Plano Nacional de Habitação. Depois de debatida, foi votada e aprovada por unanimidade. Já o texto lido na seqüência, recomendava a criação de programas que tenham como foco as mulheres de baixa renda, buscando a garantia da cidadania e a igualdade de gênero. O texto foi submetido ao debate e, em seguida, aprovado. Na seqüência, foi lido o documento que recomendava a criação da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização pela Aprovação do PL Nº 1.687/07 que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. A sexta defesa recomendava ao Ministério das Cidades a edição de Portaria estabelecendo a redução da contrapartida a ser exigida das entidades privadas com fins não econômicos na execução de programas, projetos e ações celebrados com o Ministério das Cidades. O texto foi debatido e aprovado por unanimidade. Leu-se, ainda, a proposta que recomendava o estabelecimento de parâmetros para o Programa Crédito Solidário, objetivando seu aprimoramento e a ampliação do acesso à moradia para as famílias de menor renda. O texto foi votado e aprovado por unanimidade. Apresentou-se, também, a proposta de ratificação dos critérios para acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS/Seleção Pública – 2007. O texto foi examinado, votado e aprovado por unanimidade. A última proposta de resolução que foi apresentada, recomendava que o lançamento dos editais do Ministério das cidades seja precedido de processos de consulta e audiências públicas. O documento foi votado e aprovado por unanimidade. Depois de votadas as Resoluções, o Coordenador encaminhou demanda do Plenário onde o ConCidades se pronuncia favorável à regulamentação da Lei do Saneamento (Lei 11.445/07) e, conseqüentemente, às ações da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) para a discussão da regulamentação. Houve ainda a intervenção do Sr. Marcos Antônio, que propôs a elaboração de um relatório sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a contribuição do Grupo de Trabalho de Monitoramento do PAC, que deveria iniciar suas atividades. Logo após, o Coordenador retomou a palavra para apresentar o encaminhamento de que a Mesa Coordenadora, nas próximas reuniões, passe a estudar a adequação das Resoluções com o apoio da Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades. Comunicou também que seria elaborado um quadro demonstrativo dos encaminhamentos dados às Resoluções publicadas. Por último, foi definido que o

ConCidades deve elaborar e publicar um documento de agradecimento aos antigos Secretários da SNSA e da SEMOB que deixaram seus cargos recentemente, após relevante contribuição. No encerramento dos trabalhos, o Coordenador se despediu e agradeceu a presença de todos.

Marcio Fortes de Almeida

Presidente